



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Eduardo Jorge Hiluy Nicolau – PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
Lize de Maria Brandão de Sa Costa – SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
Regina Maria da Costa Leite – SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Themis Maria Pacheco de Carvalho - CORREGEDORA-GERAL DO MP
Maria Luíza Ribeiro Martins – OUVIDORA DO MP
Márcio Thadeu Silva Marques – DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MP
Júlio César Guimarães – DIRETOR-GERAL DA PGJ
José Márcio Maia Alves- DIRETOR DA SECRETARIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS
Carlos Henrique Rodrigues Vieira – DIRETOR DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
José Henrique Frazão Costa - DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA
Lucia Cristiana Silva Chagas – ASSESSORA-CHEFE DA PGJ
Theresa Maria Muniz Ribeiro De La Iglesia – CHEFE DE GABINETE DA PGJ

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

José Antonio Oliveira Bents	Flávia Tereza de Viveiros Vieira
Regina Lúcia de Almeida Rocha	Paulo Roberto Saldanha Ribeiro
Maria dos Remédios Figueiredo Serra	Teodoro Peres Neto
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	Rita de Cassia Maia Baptista
Iracy Martins Figueiredo Aguiar	Marco Antonio Anchieta Guerreiro
Ana Lúcia de Mello e Silva Moraes	Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro
Lúcia Maria da Silva Cavalcanti	Sâmara Ascar Sauaia
Krishnamurti Lopes Mendes França	Themis Maria Pacheco de Carvalho
Raimundo Nonato de Carvalho Filho	Maria Luíza Ribeiro Martins
Selene Coelho de Lacerda	Mariléa Campos dos Santos Costa
José Henrique Marques Moreira	Joaquim Henrique de Carvalho Lobato
Domingas de Jesus Fróz Gomes	Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf
Francisco das Chagas Barros de Sousa	Eduardo Daniel Pereira Filho
Clodenilza Ribeiro Ferreira	Carlos Jorge Avelar Silva
Terezinha de Jesus Anchieta Guerreiro	Lize de Maria Brandão de Sá Costa
Regina Maria da Costa Leite	

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO (Biênio 2019/2021)

Eduardo Jorge Hiluy Nicolau – PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
Themis Maria Pacheco de Carvalho - CORREGEDORA-GERAL DO MP
Domingas de Jesus Fróz Gomes - CONSELHEIRA
Francisco das Chagas Barros de Sousa - CONSELHEIRO
Mariléa Campos dos Santos Costa – CONSELHEIRA
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato - CONSELHEIRO
Carlos Jorge Avelar Silva - CONSELHEIRO



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

TURMAS MINISTERIAIS / PROCURADORIAS DE JUSTIÇA / PROCURADORES (AS) DE JUSTIÇA – DIVISÃO (conforme Anexo da Resolução Nº 37/2016 –CPMP)

TURMAS MINISTERIAIS	Nº	PROCURADORES(AS) / PROCURADORIAS DE JUSTIÇA
1ª TURMA CÍVEL	1	José Antonio Oliveira Bents 1º Procurador de Justiça Cível 1ª Procuradoria de Justiça Cível
	2	Terezinha de Jesus Anchieta Guerreiro 9ª Procuradora de Justiça Cível 9ª Procuradoria de Justiça Cível
	3	Marco Antonio Anchieta Guerreiro 12º Procurador de Justiça Cível 12ª Procuradoria de Justiça Cível
2ª TURMA CÍVEL	4	Raimundo Nonato de Carvalho Filho 4º Procurador de Justiça Cível 4ª Procuradoria de Justiça Cível
	5	Clodenilza Ribeiro Ferreira 8ª Procuradora de Justiça Cível 8ª Procuradoria de Justiça Cível
	6	Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf 17ª Procuradora de Justiça Cível 17ª Procuradoria de Justiça Cível
3ª TURMA CÍVEL	7	Iraci Martins Figueiredo Aguiar 2ª Procuradora de Justiça Cível 2ª Procuradoria de Justiça Cível
	8	Ana Lúcia de Mello e Silva Moraes 3ª Procuradora de Justiça Cível 3ª Procuradoria de Justiça Cível
	9	Themis Maria Pacheco de Carvalho 14ª Procuradora de Justiça Cível 14ª Procuradoria de Justiça Cível
	10	Mariléa Campos dos Santos Costa 15ª Procuradora de Justiça Cível 15ª Procuradoria de Justiça Cível
4ª TURMA CÍVEL	11	José Henrique Marques Moreira 5º Procurador de Justiça Cível 5ª Procuradoria de Justiça Cível
	12	Francisco das Chagas Barros de Sousa 7º Procurador de Justiça Cível 7ª Procuradoria de Justiça Cível
	13	Paulo Roberto Saldanha Ribeiro 10º Procurador de Justiça Cível 10ª Procuradoria de Justiça Cível
5ª TURMA CÍVEL	14	Teodoro Peres Neto 11º Procurador de Justiça Cível 11ª Procuradoria de Justiça Cível
	15	Sâmara Ascar Sauaia 13ª Procuradora de Justiça Cível 13ª Procuradoria de Justiça Cível
	16	Joaquim Henrique de Carvalho Lobato 16º Procurador de Justiça Cível 16ª Procuradoria de Justiça Cível
6ª TURMA CÍVEL	17	Eduardo Daniel Pereira Filho 18º Procurador de Justiça Cível 18ª Procuradoria de Justiça Cível
	18	Carlos Jorge Avelar Silva 19º Procurador de Justiça Cível 19ª Procuradoria de Justiça Cível
	19	Lize de Maria Brandão de Sá Costa 6ª Procuradora de Justiça Cível 6ª Procuradoria de Justiça Cível
1ª TURMA CRIMINAL	1	Maria dos Remédios Figueiredo Serra 2ª Procuradora de Justiça Criminal 2ª Procuradoria de Justiça Criminal
	2	Eduardo Jorge Hiluy Nicolau 3º Procurador de Justiça Criminal 3ª Procuradoria de Justiça Criminal
	3	Selene Coelho de Lacerda 7º Procurador de Justiça Criminal 7ª Procuradoria de Justiça Criminal
	4	Domingas de Jesus Froz Gomes 5ª Procuradora de Justiça Criminal 5ª Procuradoria de Justiça Criminal
2ª TURMA CRIMINAL	5	Regina Lúcia de Almeida Rocha 1ª Procuradora de Justiça Criminal 1ª Procuradoria de Justiça Criminal
	6	Lígia Maria da Silva Cavalcanti 4ª Procuradora de Justiça Criminal 4ª Procuradoria de Justiça Criminal
	7	Krishnamurti Lopes Mendes França 6º Procurador de Justiça Criminal 6ª Procuradoria de Justiça Criminal
	8	Regina Maria da Costa Leite 8ª Procuradora de Justiça Criminal 8ª Procuradoria de Justiça Criminal
3ª TURMA CRIMINAL	9	Flávia Tereza de Viveiros Vieira 9ª Procuradora de Justiça Criminal 9ª Procuradoria de Justiça Criminal
	10	Rita de Cassia Maia Baptista 10ª Procuradora de Justiça Criminal 10ª Procuradoria de Justiça Criminal
	11	Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro 11ª Procuradora de Justiça Criminal 11ª Procuradoria de Justiça Criminal
	12	Maria Luíza Ribeiro Martins 12ª Procuradora de Justiça Criminal 12ª Procuradoria de Justiça Criminal



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO.....	3
Escola Superior	3
PORTARIA	3
Promotorias de Justiça das Comarcas do Interior	26
COELHO NETO.....	26

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Escola Superior

PORTARIA

PORTARIA-ESMP – 162020

Código de validação: 0451EB14FD

Aprova o Relatório previsto pelo art. 7º, inciso IX, do Regimento Interno da ESMP, consolidando os dados do biênio 2018/2020 O DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 7º, incisos I e II, bem assim seu parágrafo único, do Ato Regulamentar nº 032019-GPGJ (Regimento Interno da ESMP),
RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Relatório previsto pelo art. 7º, inciso IX, do Regimento Interno da ESMP, consolidando os dados do biênio 2018/2020, na forma do anexo único desta Portaria. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Encaminhe-se à Presidência do Eg. CSMP, pelo DIGIDOC, pedido de apresentação dos dados do relatório ao Colendo Colegiado.

São Luís, 30 de junho de 2020.

* Assinado eletronicamente

MARCIO THADEU SILVA MARQUES

Diretor da Escola Superior do Ministério Público

Matrícula 656306

Documento assinado. Ilha de São Luís, 30/06/2020 15:19 (MARCIO THADEU SILVA MARQUES)

* Conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006 e Medida Provisória 2.200-2/2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://mpma.mp.br/autenticidade> informando os seguintes dados: Sigla do Documento PORTARIA-ESMP, Número do Documento 162020 e Código de Validação 0451EB14FD.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA ESMP

GESTÃO 2018/2020

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Márcio Thadeu Silva Marques

PROMOTORAS DE JUSTIÇA AUXILIARES DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ana Teresa Silva de Freitas

Karla Adriana Holanda Farias Vieira

CONSELHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

Márcio Thadeu Silva Marques - Presidente

José Antonio Oliveira Bents - Representante do Colégio de Procuradores do MP

Francisco das Chagas Barros de Sousa - Representante do Conselho Superior do MP

Carlos Henrique Rodrigues Vieira - Representante da Corregedoria Geral do MP

Cláudio Luiz Frazão Ribeiro - Representante do Corpo Docente da ESMPMA

COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Márcio Thadeu Silva Marques - Presidente

Karla Adriana Holanda Farias Vieira – Coordenadora do Programa de Pós-Graduação da ESMPMA

Cláudio Luiz Frazão Ribeiro – Representante do corpo docente, indicado pelo Conselho Pedagógico

Tatiana Alves de Paula - Representante do corpo docente da ESMPMA

Marcus Périkis Barbosa Krause - Representante do corpo discente do Programa de Pós-graduação da ESMPMA

SERVIDORES DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Aline Nogueira de Melo

Ana Maria Abreu Ramos

Eklenn Marcelo Abreu Smith

Eloy Sá

Eunice Ferreira de Sousa

Maksuel dos Santos França

Maria Alaide Natali

Sâmia Maria Verri Carneiro Carvalho

Solange Cristina Santos Lopes

ESTAGIÁRIAS

Giovanna Serejo de Jesus

Isabela Larissa Corrêa Carvalho

Léia Santos de Oliveira Câmara

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO DA ESMP

2. SÍNTESE DAS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO 2018/2020

2.1 Estruturação Física

2.2 Estruturação Normativa

2.3 Estruturação Organizacional e Administrativa

2.4 Estruturação Curricular e Docente

2.5 Transparência, Comunicação e Publicações

2.6 Valorização da Pesquisa

2.7 Pós-Graduação

2.8 Projetos da ESMP no Planejamento Estratégico

2.9 Valorização da Extensão

2.10 Interiorização

2.11 Página da Escola, Tecnologias e Ensino a Distância – EAD

2.12 Memória e Homenagens

2.13 Eventos em Parceria

2.14 Destaques nos Eventos Presenciais

2.15 Representação da Escola em Reuniões e em Eventos Nacionais

2.16 Participação em Grupo de Trabalho

2.17 Seletivo de Estagiários

2.18 Vitaliciamento

3. MARCOS NORMATIVOS E CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA

3.1 Marcos Legais

3.2 Marcos Institucionais Normativos

3.3 Plano de Desenvolvimento Institucional

3.4 Projeto Político-pedagógico

4 ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA

4.1 Administrativa

4.2 Pedagógica

5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

5.1 Estrutura Curricular

6. PUBLICIDADE DAS AÇÕES DA ESCOLA

7. ATIVIDADES DE PESQUISA DA ESCOLA

8. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E PEDAGÓGICA



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

9. CURSO DE VITALICIAMENTO
10. PARTICIPAÇÃO EM PROCESSOS SELETIVOS DE ESTAGIÁRIOS
11. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL
12. GRÁFICOS DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ESCOLA DE 2018 A 2020
13. DEMONSTRATIVO DOS EVENTOS DA ESCOLA DE 2018 A 2020
14. CONSIDERAÇÕES FINAIS
15. REFERÊNCIAS

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA ESMP-MA – GESTÃO 2018/2020

GESTÃO QUE SE CARACTERIZOU PELA: ESTRUTURAÇÃO FÍSICA, ADMINISTRATIVA, ORGANIZACIONAL, PEDAGÓGICA, CURRICULAR E NORMATIVA DA ESMP; INTERIORIZAÇÃO DE CURSOS; TRANSPARÊNCIA E COMUNICAÇÃO; VALORIZAÇÃO DA PESQUISA E DA EXTENSÃO; RECREDECENCIAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E OFERTA DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO; E PELA INTENSA ATIVIDADE DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO, PRESENCIAL E EM EAD.

1. APRESENTAÇÃO DA ESMP

Criada através da Lei Complementar nº 013 de 25 de outubro de 1991, que dispõe sobre a organização, atribuições e estatuto do Ministério Público Estado do Maranhão, a Escola Superior do Ministério Público, surgiu, com Órgão auxiliar, a partir da necessidade de aprimorar e melhorar o trabalho do quadro funcional do Ministério Público, com a sua formação, capacitação e treinamento, para dar continuidade a um trabalho eficaz e eficiente, bem como para aproximar e tornar a instituição acessível à comunidade, por meio da realização de cursos, eventos, palestras e oficinas destinadas à sociedade.

Nesse sentido, em uma perspectiva que utiliza uma concepção pedagógica pautada no diálogo, no respeito às diferenças e na promoção das diversidades culturais, a ESMP busca firmar-se como instituição realizadora de uma educação democrática, igualitária, participativa, aberta, cidadã, multi e interdisciplinar, que incentiva a produção comum do saber e da liberdade e, sobretudo, estimuladora da consciência crítica e defensora da dignidade humana. (FREIRE, 1997 apud GADOTTI, 2010); (NANNI, 1992 apud CHAGAS, 2014); (BRASIL, CF/1988). O processo educacional é concebido, com primazia, direcionado aos seus sujeitos internos, sem afastar-se do diálogo e compromisso com a articulação externa, na pesquisa e extensão.

A Escola precisa cumprir a missão de proporcionar ao público interno eventos educacionais, sem descuidar da articulação social e das pesquisas aplicadas à realidade institucional em que se encontra inserida.

A Escola Superior do Ministério Público insere-se na categoria de Escola de Governo, constituindo-se como um dos Órgãos Auxiliares do Ministério Público do Estado Maranhão, tendo, portanto, natureza de Escola Institucional, com o escopo do aperfeiçoamento profissional e cultural de seus membros e servidores por meio de cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, fórum de estudos, conferências, palestras, dentre outras atividades, que confiram suporte técnico, humano e crítico.

A oferta de curso de especialização, em Programa de Pós-graduação lato sensu, reconhecido e credenciado pelo Conselho Estadual de Educação, é uma de suas prioridades. Por consequência, a pesquisa também está inserida em suas atividades. A extensão, por meio de eventos abertos ao público externo e articulações sociais é um dos pontos essenciais de seu contexto educacional.

Merece destaque uma de suas primordiais missões que reside no processo de formação dos recém novos membros empossados do Ministério Público, que passam por um longo curso de ingresso e formação, que é um dos requisitos de suas confirmações na carreira e respectivo vitaliciamento.

Importante ressaltar que visando a uma integração e um espaço de diálogo ainda maior entre a Escola Institucional, seus destinatários internos e a comunidade, a ESMP vem concentrando esforços na utilização de novas tecnologias educacionais por meio da utilização de ferramentas pedagógicas digitais, da plataforma Moodle/AVA, do EAD, de forma a ratificar sua meta principal de disponibilizar conhecimentos que possibilitem a melhor e eficiente formação.

2. SÍNTESE DAS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO 2018/2020

Foram dois anos de intensas atividades, dando continuidade ao processo de estruturação física, organizacional, administrativa e pedagógica, e de ordenação e atualização normativa interna. Considera-se de maior relevância a estruturação

Enumeram-se as principais iniciativas da Gestão que se encerra:

2.1 Estruturação Física

Mudança e instalação da ESMP no Prédio do Centro Cultural e Administrativo do Ministério Público, em um andar, com duas salas de aula, Gabinete da Direção, com sala de reunião, Secretaria, dois Gabinetes para os Promotores Auxiliares, sala de Apoio, sala da Coordenação Pedagógica, Recepção, Reprografia e Biblioteca. Com a utilização ainda do auditório do Centro Cultural.

2.2 Estruturação Normativa

- Atualização do REGIMENTO INTERNO DA ESMP – Ato Regulamentar nº -03/2019 – GPGJ;
- Elaboração do PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) da ESMP, com o qual foi obtido o recredenciamento de seu Programa de Pós-graduação junto ao Conselho Estadual de Educação.;
- Elaboração do PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP) da ESMP, contendo toda a estrutura organizacional da Escola, sua postura metodológica, estrutura curricular e plano de ação para os próximos dois anos, coincidentes com o final da validade do PDI;
- Instituição do REGIMENTO INTERNO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ESMP – Portaria nº 11/2019;
- Atualização da TABELA DE HORA-AULA PARA AS ATIVIDADES DOCENTES;
- Instituição do COLEGIADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO, com o seu funcionamento;
- Regulamentação de Regras para ESCOLHA DO REPRESENTANTE DO CORPO DISCENTE DO COLEGIADO DE PÓS-



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

GRADUAÇÃO DA ESMP – Portaria nº 17/2019;

- Regulamentação de Regras para ESCOLHA DO REPRESENTANTE DO CORPO DOCENTE DO COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ESMP – Portaria nº 18/2019;

2.3 Estruturação Organizacional e Administrativa

- Realização de reuniões frequentes com toda a equipe administrativa para nivelar ações;

- Realização de reuniões com o Conselho Pedagógico da ESMP e com o Colegiado de Pós-Graduação para as competentes deliberações conjuntas;

- Estabelecimento de Fluxogramas Internos de Atuação dos Órgãos da ESMP.

- Criação de Coordenadoria Pedagógica, de EAD e da Pós-Graduação.

2.4 Estruturação Curricular e Docente

- Criação do Programa de Formação Permanente em Autocomposição;

- Criação do Programa de Preparação para Aposentadoria;

- Definição da Estrutura Curricular no Projeto Político-Pedagógico da Escola;

- Reorganização do Corpo Docente da Escola.

2.5 Transparência, Comunicações e Publicações

- Regulamentado o Plano Editorial da ESMP, com publicações periódicas e não periódicas;

- Publicação de dois Boletins Informativos da ESMP;

- Seleção de duas Obras Avulsas para publicação pela Escola;

- Instituição do serviço ESMP INFORMA de Avisos ao Público Interno de Membros e Servidores, pelo whatsapp;

2.6 Valorização da Pesquisa

- Criados 03 Núcleos de Pesquisa, que se encontram em funcionamento;

- Criação, Instalação, Designação de Membros e Funcionamento do Comitê de Ética de Pesquisa;

- Realização da primeira pesquisa concebida pela Escola sobre a identificação étnico-racial do quadro interno, para subsidiar a política de cotas, que obteve aprovação do Comitê de ética.

2.7 Pós-Graduação

- Recredenciamento do Programa de Pós-Graduação da Escola, com o Curso de Pós Graduação Lato Sensu de Gestão e Governança em Ministério Público, junto ao Conselho Estadual de Educação;

- Oferta de todas as disciplinas do Curso de Pós-Graduação em Gestão e Governança de Ministério Público, com a conclusão de 25 alunos e entrega dos respectivos certificados;

- Elaboração do Projeto de Pós-Graduação Lato Sensu de Conhecimento Técnico-Científico aplicado às Investigações pelo Ministério Público, a ser ministrado do Núcleo Regional de Imperatriz.

2.8 Projetos da ESMP no Planejamento Estratégico

Execução dos 4 Projetos da ESMP, que constam no Planejamento Estratégico: projeto político-pedagógico; estruturação física, tecnológica e humana; e plano anual de capacitação e desenvolvimento de pessoas voltado ao desenvolvimento de competências.

2.9 Valorização da Extensão

- Realização do Programa Diálogos Republicanos e Diálogos Republicanos Virtuais

- Realização do Programa ESMP-Literária;

- Apoio ao Programa MP Literário, em parceria com o Centro Cultural do Ministério Público e com a Academia Maranhense de Letras, que trata da apresentação de seus patronos, que inclui vários Promotores de Justiça, à comunidade escolar;

- Apoio às Atividades da campanha, em Açailândia, em 2019, “QUEM ESCOLHE SEU CAMINHO? VOCÊ OU AS DROGAS?”;

- Apoio à participação do Ministério Público na Feira do Livro, em 2019;

- Atuação junto ao Fórum Estadual de Educação Ambiental;

- Participação em eventos do Centro Cultural do Ministério Público.

2.10 Interiorização

- Realização de eventos da Escola em Promotorias do interior do Estado;

- Regionalização de atividades;

- Participação da Escola nos Encontros Regionais de Gestão (EREGs) em 2019;

- Início do Planejamento da Criação do Núcleo Regional da ESMP em Imperatriz;

2.11 Página da Escola, Tecnologias e Ensino a Distância – EAD

- Adaptação da Plataforma Moodle/AVA;

- Videoteca – Organização dos vídeos da escola e dos cursos de Pós-Graduação;

- Criação do Canal da Escola no youtube para a transmissão ao vivo de atividades docentes e culturais;

- Ampliação das Atividades de EAD;

- Início da Produção de Material próprio de EAD.

2.12 Memória e Homenagens

- Reinauguração da Galeria de Diretores da ESMP;

- Criação do Projeto “Memória Oral” da ESMP;

- Concessão de título de Professor Emérito aos Diretores da ESMP e ao Professor Agostinho Ramalho Marques Neto;

2.13 Eventos em parcerias

- Realização de eventos Nacionais com a ABRAMPA e com a ENAMP;



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

- Realização de Atividades em Parceria com as Escolas Superiores da Magistratura e da Defensoria Pública do Estado.

2.14 Destaques nos Eventos Presenciais

- Atividades docentes com expositores estrangeiros convidados, Profª Drª Maria Esther Martínez Quinteiro e Prof. Dr. Jorge Bichão;
- Realização de Seminário pelo Dia Estadual do Ministério Público em 2019;
- Realização de Oficinas de Estudo sobre o Pacote Anticrime e sobre a Lei do Abuso de Autoridade;
- Realização do Curso de Atendimento ao Público;
- Realização do curso de Acolhida aos Estagiários;
- Realização dos Congressos Estaduais do Ministério Público em 2018 e em 2019;
- Efetivação do Programa de Vitaliciamento dos Membros.

2.15 Representação da ESMP em Reuniões e Eventos Nacionais

- Participações em Reuniões Presenciais e Virtuais do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil – CDEMP – e da Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público – UNCMP;
- Organização e realização da 2ª Reunião Ordinária do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil – CDEMP – em São Luís – MA.
- Participação no Congresso Nacional do Ministério Público em Goiânia-GO.

2.16 Participação em Grupo de Trabalho

Participação do Grupo de Trabalho sobre a Covid 19, no Ministério Público do Maranhão.

2.17 Seletivo de Estagiários

Participação da ESMP em dois Processos Seletivos de Estagiários não obrigatórios, atuando na organização, na elaboração, fiscalização, aplicação das provas e divulgação do resultado final.

2.18. Vitaliciamento

Durante a gestão foram concluídos cursos de vitaliciamento para 19 (dezenove) Promotores de Justiça. Foi ofertado também para mais um Promotor de Justiça, cujo prazo do Curso ainda não foi finalizado.

3 MARCOS NORMATIVOS E CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA

A atuação e a concepção pedagógica da ESMP estão fundamentadas em marcos legais e institucionais, normas internas, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional e em seu Projeto Político-Pedagógico.

3.1 Marcos Legais

Como Escola Institucional, a Escola Superior tem como princípios fundamentais do ensino, esculpidos no artigo 206¹ da Constituição Federal, a liberdade de aprender, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, como indispensáveis para a dialética do ensino e da aprendizagem.

Nesse contexto, o papel da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão tem como propósitos institucionais a formação holística de seu quadro de pessoal, para o pleno cumprimento do exercício de cidadania. Como escola de governo, segue a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.324, de 20 de dezembro de 1996, que, em seu artigo 2º, define que a educação é “[...] inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana”. Diz ainda: que “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 2020).

Destacam-se os princípios do ensino, que conduzem a postura pedagógica da ESMP, conforme art. 3º da referida Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.²

Esse conjunto de princípios norteiam a atuação da Escola.

A Constituição do Estado do Maranhão atribui como competência do Estado proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e a ciência, em seu Artigo 11º, que também traz diretrizes para a educação da ESMP, que se constitui em um espaço inclusivo e acessível de aprendizagem, por meio da garantia de uma educação interdisciplinar e democrática de seus membros e servidores, visando cumprir com o dever de servir à sociedade com base na promoção da justiça e defesa da democracia, em projetos de extensão.

3.2 Marcos Institucionais Normativos

A ESMP/MA, rege-se, tanto por lei estadual, que disciplina a sua criação, os recursos para seu funcionamento, os cargos existentes em sua estrutura administrativa e pedagógica, quanto por atos normativos e portarias advindas da própria ESMP/MA.

A lei estadual, que disciplina as atividades relacionadas à ESMP/MA, órgão auxiliar do Ministério Público é a Lei Complementar Estadual nº 013, de 25 de outubro de 1991, lei da criação da ESMP/MA, com as suas posteriores alterações.

Os principais atos normativos, que regem as atividades administrativas e pedagógicas no âmbito da ESMP/MA são: o Ato Regulamentar nº. 03/2019-GPGJ, que dispõe sobre o Regimento Interno da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, sua estrutura organizacional, funcionamento, atividades e demais atribuições e pela Portaria nº 11/2019-ESMP, de 22 de abril de 2019, que trata do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação.

A ESMP/MA também é regida por resoluções e portarias que regulamentam suas atividades, estabelecem regras e normas de funcionamento.

ATO REGULAMENTAR 03/2019 GPGJ		
Ato Regulamentar nº 03/2019 – GPGJ	Dispõe sobre o Regimento interno da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão.	
ATO 295/2019GPGJ		
Ato 295/2018-GPGJ	Dispõe sobre a criação do Plano Editorial da Escola Superior do Ministério Público	



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

RESOLUÇÃO Conselho Pedagógico da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão	
Resolução 001/2018 CPES/MA	Adequa a tabela constante do anexo da Resolução 001/2014-CPESMP, que trata da remuneração do corpo docente no âmbito da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão.
EDITAIS 2020	
Edital 12020	Processo seletivo para ingresso na Pós-Graduação Lato Sensu De Gestão E Governança Em Ministério Público da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão
Edital 32020	Prorroga o prazo de inscrição ao processo seletivo pós-graduação lato sensu de Gestão e Governança em Ministério Público da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão
EDITAIS 2019	
Edital 62019	Institui o NÚCLEO DE PESQUISA, com tema “A inconstitucionalidade formal e material do art. 4º da Lei nº 13.654/2018, que revogou a majorante do emprego de arma branca no crime de roubo”.
Edital 82019	Abre Inscrições para o Curso “Organização Criminal mafiosa e lavagem de dinheiro Palermo, Itália – 10 a 14 de junho de 2018
Edital 92019	Processo seletivo 2019 para preenchimento das vagas do Curso de Especialização em Gestão e Governança em Ministério Público
Edital 102019	Homologa o resultado do processo seletivo da primeira turma do curso de Curso de Especialização em Gestão e Governança em Ministério Público
Edital 112019	Seleção de obras avulsas
Edital 122019	Altera o calendário da seleção de obras avulsas
Edital 132019	Institui o NÚCLEO DE PESQUISA, com tema “Combate ao acúmulo de cargos públicos indevidos”.
EDITAIS 2018	
Edital 12018	Institui o NÚCLEO DE PESQUISA, com tema “Colaboração Criminosa firmada pela Polícia Civil”,
Edital 42018	Institui o NÚCLEO DE PESQUISA, com tema “A Política de ação afirmativa instituída pela Lei nº 12.990/2014 e os critérios subsidiários de heteroidentificação”
PORTARIAS 2020	
Portaria 12020	Estabelece as regras para a escolha suplementar do representante do corpo docente do Colegiado do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, na forma do art. 2º, incisos IV e § 1º da Portaria ESMP nº 11/2019.
Portaria 22020	Designa a Comissão de Avaliação da Seleção de Obras Avulsas relativo ao Edital-ESMP 11/2019.
Portaria 32020	Altera os arts. 3º e 4º da PORTARIA-ESMP-12020, para modificar o prazo de inscrição e de votação para a representação docente do Colegiado de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público.
Portaria 42020	Institui a MEMÓRIA AUDIOVISUAL da Escola Superior do Ministério Público, como programa da Biblioteca do órgão auxiliar.
Portaria 92020	Altera o anexo único da PORTARIA-ESMP-332019, para prorrogar o prazo de entrega do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, do Curso de Especialização de Gestão e Governança em Ministério Público da Escola Superior do Ministério Público.
Portaria 102020	Estabelece o calendário de atividades presenciais de capacitação e formação da Escola Superior do Ministério Público em 2020.
Portaria 112020	Estabelece o calendário de atividades em Educação à Distância (EaD) de capacitação e formação da Escola Superior do Ministério Público em 2020.
Portaria 122020	Atualiza o calendário de atividades em Educação à Distância (EaD) de capacitação e formação da Escola Superior do Ministério Público em 2020.
PORTARIAS 2019	
Portaria 12019	Estabelece regras de funcionamento do Corpo de Apoio Técnico da ESMP-MA, previsto pelo Regimento Interno e dá outras providências
Portaria 22019	Regulamenta o Plano Editorial da ESMP, criado pelo Ato Regulamentar nº 0295/2018-GPGJ e dá outras providências.
Portaria 42019	Designa a Comissão Examinadora do Processo Seletivo relativo ao Edital nº 009/ 2019-ESMP/MA
Portaria 62019	Estabelece o calendário de atividades presenciais de capacitação e formação da Escola Superior do Ministério Público em 2019
Portaria 72019	Aprova o Plano de Formação em Autocomposição e atribui sua coordenação, no âmbito da Escola Superior do Ministério Público à Promotora de Justiça ANA TERESA SILVA DE FREITAS, Auxiliar da ESMP
Portaria 92019	Atribui a coordenação do programa de pós-graduação da Escola Superior do Ministério Público à Promotora de Justiça KARLA ADRIANA HOLANDA FARIAS VIEIRA, Auxiliar da ESMP



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

Portaria 102019	Estabelece quais eventos de capacitação presenciais estão validados para os fins do § 10, do art. 37, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Maranhão
Portaria 112019	Aprova o Regimento Interno do programa de pós-graduação da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão
Portaria 122019	Institui o programa de preparação para a aposentadoria, no âmbito da Escola Superior do Ministério Público, atualiza o calendário de eventos presenciais para 2019 e dá outras providências.
Portaria 132019	Publica a relação de membros e servidores integrantes do corpo docente da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, na forma do art. 42, § 5º do Ato Regulamentar nº 03/2019 (Regimento Interno).
Portaria 142019	Institui e disciplina o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão – CEPQ e dá outras providências
Portaria 152019	Designa os integrantes do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão.
Portaria 162019	Estabelece as regras para a escolha do representante de classe da turma de 2019 da Especialização GESTÃO E GOVERNANÇA da Escola Superior do Ministério Público, para os fins do art. 49 do Ato Regulamentar nº 03/2019-GPGJ.
Portaria 172019	Estabelece as regras para a escolha do representante do corpo discente no Colegiado do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, na forma do art. 2º, inciso V e § 1º da Portaria ESMP nº 112019.
Portaria 182019	Estabelece as regras para a escolha do representante do corpo docente do Colegiado do Programa de Pós-Graduação da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, na forma do art. 2º, incisos IV e § 1º da Portaria ESMP nº 112019.
Portaria 192019	Estabelece o calendário de atividades em Educação à Distância (EaD) de capacitação e formação da Escola Superior do Ministério Público em 2019.
Portaria 202019	Aprova o ENUNCIADO nº 01, da Diretoria da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, para que a fruição de licenças de saúde ou para acompanhamento de tratamento de saúde de pessoa da família não provoque a reprovação do aluno pela infrequência nos cursos de pós-graduação
Portaria 212019	Estabelece as regras para a escolha do representante de classe da turma de 2019 da Especialização GESTÃO E GOVERNANÇA da Escola Superior do Ministério Público, para os fins do art. 49 do Ato Regulamentar nº 03/2019-GPGJ.
Portaria 222019	Aprova o ENUNCIADO nº 02, da Diretoria da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão, para que sejam considerados como carga horária obrigatória do processo de vitaliciamento dos membros do Ministério Público todas as atividades de formação e capacitação da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão destinadas para membros em 2018 consoante tabela inserida nos autos do processo nº 140262019, desde que efetivamente cumpridas pelos vitaliciandos (art. 93, IV, combinado com o art. 129, § 4º, da Constituição da República e o § 10, do art. 37, da Lei Complementar nº 13, de 25 de outubro de 1991).
Portaria 232019	Regulamenta as normas para elaboração de artigo científico como trabalho de conclusão de Curso de Especialização, no âmbito do Programa de Pós-graduação lato sensu da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão – ESMP
Portaria 242019	Atualiza o calendário de atividades da Educação à Distância (EaD) de capacitação e formação da Escola Superior do Ministério Público em 2019
Portaria 262019	Atualiza o calendário de atividades presenciais de capacitação e formação da Escola Superior do Ministério Público em 2019
Portaria 272019	Constitui o Colegiado do Programa de Pós-graduação da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão
Portaria 282019	Designa Comissão para apresentar ao Conselho Superior do Ministério Público a sugestão de nova ementa para o curso de ingresso e vitaliciamento de membros
Portaria 302019	Acrescenta os artigos 17-A, 17-B, 17-C e parágrafos ao Regimento do Programa de Pós-graduação da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, Anexo único da Portaria 11/2019 – ESMP.
Portaria 312019	Dispõe sobre a presença de intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nas exposições de eventos públicos culturais e sociais da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão.
Portaria 322019	Atribui a Coordenação do Programa de Educação a Distância da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão à Promotora de Justiça ANA TERESA SILVA DE FREITAS e a Coordenação executiva à pedagoga ALINE NOGUEIRA DE MELO
Portaria 332019	Concede prazo para depósito do trabalho de conclusão de curso (TCC) – no formato de Artigo Científico, relativo ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu “Gestão e Governança em Ministério Público”, Turma 2019, da Escola Superior do Ministério Público.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

Portaria 342019	Delega à Promotora de Justiça Karla Adriana Holanda Farias Vieira a representação da ESMP nas tratativas com a ESMAM para ações conjuntas dos respectivos programas de pós-graduação, inclusive na formação de turmas de mestrado e doutorado, em parceria com outras Instituições de Ensino Superior
Portaria 352019	Altera o art. 1º da Portaria - ESMP – 72019, que trata do Plano de Formação em Autocomposição

3.3 Plano de Desenvolvimento Institucional

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão é um importante referencial para tomada de decisões e elaboração do planejamento das atividades a serem desenvolvidas pela Escola, traçando-se um roteiro de ações claro e definido, no qual se evidencia os trabalhos pedagógicos, além de objetivos e prazos das ações, que deve ser seguido para que se alcance seus objetivos de desenvolvimento profissional e as metas institucionais, que incluem sua missão, visão e valores.

Posto isso, a política educacional da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, expressa em seu PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, fundamenta-se nas concepções, que definem sua missão, visão, valores e objetivos institucionais, conforme descritos a seguir.

Missão

“Capacitar continuamente membros, servidores para atender aos crescentes desafios; promovendo o diálogo democrático interdisciplinar, preparando a ações e gestões por competências, planejadas e mediadoras de conflitos e de políticas públicas” (PDI).

Visão

“Consolidar-se como instituição de credibilidade em formação do aperfeiçoamento funcional dos membros e servidores da instituição, de forma inovadora e transformadora da realidade social.”

Valores

“Servir a sociedade com base nos princípios éticos e morais, inerentes à Instituição do Ministério Público do Maranhão, quanto à Acessibilidade, Celeridade, Compromisso com o capital humano, Ética e integridade, Eficiência, Eficácia e Efetividade, Proatividade e Transparência” (PDI).

Objetivos institucionais

A Escola Superior do Ministério Público do Maranhão tem ainda, de acordo com o Ato Regulamentar nº. 03/2019-GPGJ, como principais objetivos institucionais: preparar os novos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão para o desempenho de suas funções institucionais; aperfeiçoar e atualizar a capacitação técnico-profissional dos membros, estagiários e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão; desenvolver projetos e programas de pesquisa na área jurídica; zelar pelo reconhecimento e valorização do Ministério Público como instituição essencial à função jurisdicional do Estado; ofertar ensino de pós-graduação; ministrar cursos de suporte técnico-jurídico; e promover projetos de extensão.

3.4 Projeto Político-Pedagógico

Constitui-se como instrumento basilar no processo de gestão administrativo-pedagógica da ESMP, além de oferecer orientação para as práticas e ações desempenhadas pela Escola. De acordo com VEIGA (2004):

O Projeto Pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicitação de seu papel social e clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutina crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo.

Dessa forma, as principais finalidades do Projeto Político-Pedagógico para a Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão são: a) constituir-se como um documento de referência para nortear o desenvolvimento das práticas pedagógicas, bem como a organização do trabalho administrativo da Escola; b) gerar concordância e definir um direcionamento a respeito dos objetivos, princípios, diretrizes e metodologias educacionais; c) delinear sua identidade de forma que se alinhe integralmente ao Plano de Desenvolvimento Institucional e à estratégia institucional; d) estabelecer plano de ação e estrutura curricular básica.

Sua validade inicia este mês e encerra-se com a validade do PDI, em dezembro de 2022.

Uma das maiores contribuições do PPP foi estabelecer a postura metodológica e pedagógica da Escola e sua estrutura curricular.

4. ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA

Neste item serão abordadas as estruturas administrativa e pedagógica da escola, determinando funções e fluxo de informações e competências, conforme normativas internas. Ressalta-se que a escola não possui autonomia financeira.

4.1. Administrativa

A organização administrativa da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, de acordo com o Regimento Interno é composta: pela Diretoria, pelo Conselho Pedagógico, pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação, pelos órgãos de apoio administrativo, pela assessoria pedagógica e pelos núcleos regionais.

A Diretoria é o órgão executivo incumbido de dirigir e coordenar todas as atividades da ESMP/MA, contando com o auxílio, neste mandato, de duas Promotoras de Justiça, indicadas pelo Diretor e designadas pelo Procurador-Geral de Justiça, que ficaram à disposição da ESMP/MA em regime de tempo integral.

O Conselho Pedagógico tem caráter normativo e deliberativo para auxiliar, acompanhar, fiscalizar e avaliar as atividades pedagógicas da Escola Superior do Ministério Público.

O Colegiado de Pós-Graduação, organizado pelo Diretor e representações dos departamentos da ESMP/MA e do corpo docente, com competências de orientar e coordenar, determinar os programas das disciplinas, elaborar os currículos dos cursos, dentre outras atividades.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



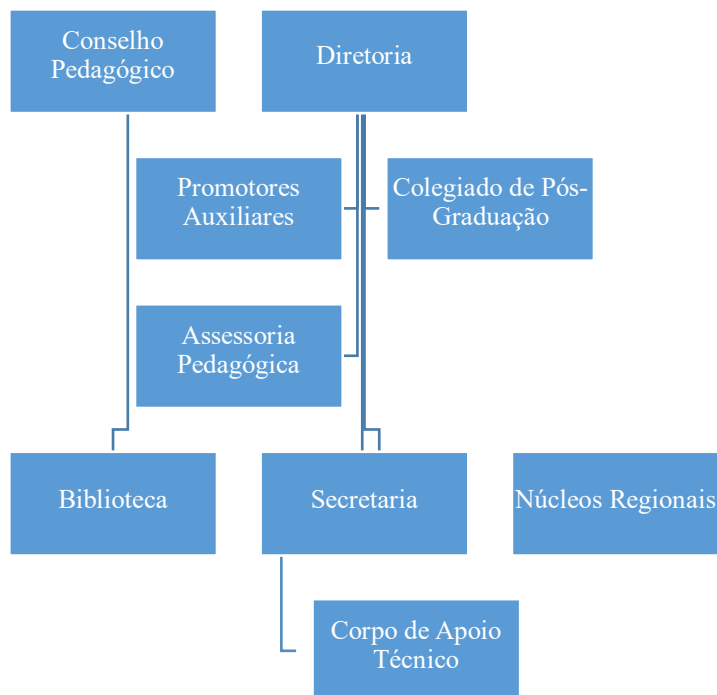
São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

Os órgãos de Apoio Administrativo são estruturados pelo Corpo de apoio técnico, Secretaria e pela Biblioteca.

A Assessoria Pedagógica é exercida por um profissional capacitado, com a função de colaborar com as atividades do Conselho Pedagógico e do Corpo Docente.

No anexo III da Portaria ESMP nº 01/2019 foi estabelecido um Organograma, contendo toda a estrutura da Escola. Por esse Organograma é possível visualizar como a escola se organiza administrativamente. Ressalta-se que não há setor financeiro, por não possuir a ESMP autonomia financeira, demandando à Procuradoria Geral de Justiça todos os pagamentos e despesas que precisa para realizar suas atividades.

Segue o Organograma da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão:



Anexo III da Portaria-ESMP 001 2019

(https://www.mpma.mp.br/arquivos/biblioteca/legislacao/portarias/10393_portaria_1.pdf)

4.2. Pedagógica

De acordo com o art.8º do Regimento da ESMP/MA, o Conselho Pedagógico da ESMP/MA tem caráter normativo e deliberativo, composto pelo Diretor da Escola Superior do Ministério Público, um representante da Corregedoria-Geral do Ministério Público, um representante do Conselho Superior do Ministério Público, um representante do Colégio de Procuradores, um representante do corpo docente da ESMP.

Ainda com base no Regimento Interno da Escola Superior do Ministério Público, seu principal objetivo é acompanhar e avaliar as ações pedagógicas da ESMP/MA, cuja decisões são tomadas por maioria absoluta de votos e no que couber, em consonância com o regimento do Colegiado do Programa de Pós-graduação.

A ESMP dispõe de Coordenação Pedagógica, de responsabilidade de Pedagogo e de estagiários do Curso de Pedagogia. Dispõe ainda de Coordenação do Programa de Pós-Graduação e de Coordenação do Programa de Educação a Distância – EAD, cada uma de atribuição de um dos Promotores de Justiça Auxiliares. Prevista também a Coordenação Executiva do EAD por Pedagogo habilitado a operar o sistema (Portarias ESMP nº 09/2019 e 32/2019).

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Uma das grandes contribuições da gestão foi estabelecer a estrutura curricular da Escola, seus eixos formativos e sua postura metodológica em seu projeto político-pedagógico que, ainda que somente publicado em junho deste ano, espelha o que foi executado pela Escola ao longo desses dois anos de mandato.

Embora Escola de Governo, a ESMP desenvolve seu processo educacional nos três eixos: ensino, pesquisa e extensão.

O ensino, destinado a membros, servidores e a estagiários, inclui desde os cursos de formação, que os recepciona na instituição, até capacitações, para desenvolver habilidades e conteúdos necessários, bem como envolve treinamentos para facilitar habilidades já existentes. Nesse processo inserem-se a Pós-Graduação, o Curso de Ingresso na Carreira, simpósios, seminários, congressos e oficinas.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

A pesquisa realiza-se por meio de Núcleos de Estudo e Pesquisa, aprovados pela ESMP, e no percurso dos Cursos de Pós-Graduação, ofertados pela escola, com apresentação de artigos, ensaios e demais conclusões técnico-acadêmicas, desde que observado o rigor científico e metodológico.

A extensão pode ser realizada através de projetos institucionais, em articulação com a escola, ou em cursos e demais eventos de ensino ou mesmo pesquisa, desde que ultrapassem os limites internos, alcançando destinatários sociais.

5. 1 Estrutura Curricular

O currículo da ESMP apresenta uma estrutura permanente e outra variável, que deve atender às necessidades da Escola, do Ministério Público e de seus destinatários. Apresenta-se em modalidades presencial, semipresencial e a distância.

Para atender seus objetivos, a escola distribui as suas atividades de ensino em: programa de formação permanente; programa de pós-graduação; programas de capacitação, treinamento e projetos de extensão.

Os Programas de Formação Permanente devem ser ofertados periodicamente e renovados sempre que necessário. São dotados de disciplinas básicas e obrigatórias que devem atingir o corpo discente. Incluem-se na formação permanente os seguintes programas: a) ingresso e vitaliciamento; b) acolhimento institucional; c) autocomposição; d) direitos humanos; e) meio ambiente e sustentabilidade; f) aposentadoria; e g) investigação e combate à corrupção. Podem ser ofertados nas modalidades presencial, semipresencial e EAD.

A ESMP dispõe de um Programa de Pós-Graduação com dois cursos: um já aprovado e em andamento, o de Gestão e Governança em Ministério Público; e outro em estruturação, o de Conhecimento Técnico-Científico aplicado às Investigações pelo Ministério Público. Todos ofertados na modalidade presencial.

Os Programas de Pós-Graduação lato sensu da Escola são credenciados pelo Conselho Estadual de Educação e disciplinados por normativa própria. Atualmente, após o credenciamento, a escola já formou a primeira turma da Pós-Graduação em Gestão e Governança em Ministério Público, com 25 alunos. Há prazo até o final do ano para os que ainda precisam integralizar disciplinas ou apresentar trabalhos.

Está em elaboração, para ser ofertado no Núcleo de Imperatriz a Pós-Graduação de Conhecimento Técnico-Científico aplicado às Investigações pelo Ministério Público. A gestão, que finda, deixou o projeto pronto para implementação.

Para os programas de capacitação, treinamento e extensão a escola organiza-se conforme as diretrizes do Planejamento estratégico, atendendo às demandas emergentes de seu corpo interno, diante das necessidades sociais, e executando projetos de extensão. Integram esses programas, dentre outros, que podem ser instituídos: a) os Diálogos Republicanos; b) a ESMP-Literária; c) o simpósio pelo Dia Estadual do Ministério Público; e d) o Congresso Estadual do Ministério Público.

Os Programas de Pós-Graduação lato sensu da Escola são credenciados pelo Conselho Estadual de Educação e disciplinados por normativa própria. Atualmente, após o credenciamento, a escola já formou a primeira turma da Pós-Graduação em Gestão e Governança em Ministério Público, com 25 alunos. Há prazo até o final do ano para os que ainda precisam integralizar disciplinas ou apresentar trabalhos.

Está em elaboração, para ser ofertado no Núcleo de Imperatriz a Pós-Graduação de Conhecimento Técnico-Científico aplicado às Investigações pelo Ministério Público. A gestão, que finda, deixou o projeto pronto para implementação.

Em parceria com o Centro Cultural do Ministério Público e com a Academia Maranhense de Letras, há o projeto MP LITERATURA, que trata da apresentação de seus patronos, que inclui vários Promotores de Justiça, à comunidade escolar.

6. PUBLICIDADE DAS AÇÕES DA ESMP

Nesta gestão foi instituído o Plano Editorial da ESMP para dar publicidade às suas rotinas de eventos, à sua produção acadêmica, técnica e à produção selecionada e vinculada aos objetivos da Escola.

O Plano Editorial foi instituído pelo Ato nº 0295/2018-GPGJ e disciplinado pela Portaria ESMP nº 02/2019. Nele constam definidas as publicações periódicas da Escola: a Revista Eletrônica; a Revista da Pós-Graduação; e os Boletins Informativos Eletrônicos.

Já houve a publicação de duas edições dos Boletins Eletrônicos da ESMP e a seleção de duas obras avulsas para publicação pelo plano Editorial.

Instituído também o serviço, na linha de transmissão do whatsapp, denominado ESMP INFORMA.

7. ATIVIDADES DE PESQUISA DA ESCOLA

Foram criados quatro Núcleos de Pesquisa com os temas: “A inconstitucionalidade formal e material do art. 4º da Lei nº 13.654/2018, que revogou a majorante do emprego de arma branca no crime de roubo”; “Combate ao acúmulo de cargos públicos indevidos”; “Colaboração Criminosa firmada pela Polícia Civil”; e “A Política de ação afirmativa instituída pela Lei nº 12.990/2014 e os critérios subsidiários de heteroidentificação”. Esses núcleos estão em atividade e em produção.

A Escola também disponibilizou a Pesquisa de Identificação Étnico-racial a todo o corpo interno do Ministério Público, com apresentação de suas conclusões.

Para as pesquisas, que envolvam, em seu objeto, pessoas humanas, necessária a aprovação pelo Comitê de Ética, instituído e disciplinado pela Portaria ESMP nº 14/2019, com a nomeação de seus membros, titulares e suplentes, pela Portaria ESMP nº 15/2019. O Comitê precisa conhecer o projeto de pesquisa e suas bases metodológicas, para emitir sua manifestação pela aprovação ou eventual e necessária correção. Somente após aprovação pelo Comitê de Ética poderá a pesquisa ter prosseguimento.

A ESMP dispõe de Plano Editorial para dar publicidade às suas rotinas de eventos, à sua produção acadêmica, técnica e à produção selecionada e vinculada aos objetivos da Escola.

8. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E PEDAGÓGICA



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

A cada finalização de eventos institucionais, antes e para a emissão dos certificados, os alunos avaliam a qualidade do evento, em critérios objetivos, fornecidos por questionário e em espaços abertos, para breves comentários. Essas avaliações servem de parâmetro para a autoavaliação das atividades da escola. O corpo docente também é avaliado pelos discentes, guardado o sigilo ético. Para os demais cursos, é de responsabilidade do Professor, respeitada a autonomia didático-pedagógica, estabelecer a forma de avaliação, desde que possa estabelecer os critérios adotados para a atribuição da nota ou conceito. Outra forma de autoavaliação usada na Escola decorre do acompanhamento de suas metas e do cumprimento de seu planejamento anual, para correções de estratégias e ações.

9. CURSOS DE VITALICIAMENTO

Nesta Gestão forma concluídos os cursos de vitaliciamento dos seguintes Promotores de Justiça:

Nº	Promotor(a) de Justiça	Ingresso	Data vitaliciamento
1	Denys Lima Rego	03/07/17	11/08/18
2	Fabiana Santalucia Fernandes	24/11/16	22/05/20
3	Felipe Augusto Rotondo	28/04/16	12/08/18
4	Felipe Boghossian Soares da Rocha	28/04/16	15/08/18
5	Francisco Antônio Oliveira Milhomem	05/10/17	27/08/18
6	Francisco Jansen Lopes Sales	05/10/17	28/08/18
7	Frederico Bianchini Joviano dos Santos	28/07/16	16/08/18
9	Guilherme Gouvêa Fajardo	03/07/17	17/08/18
10	Gustavo Pereira Silva	28/07/16	23/08/18
11	Helder Ferreira Bezerra	03/07/17	13/08/18
12	Hortensia Fernandes Cavalcante	03/07/17	02/09/18
13	João Cláudio de Barros	05/10/17	03/07/20
14	José Artur Del Toso Júnior	05/10/17	30/08/18
15	José Orlando Silva Filho	03/07/17	01/09/18
16	Lucas Mascarenhas de Cerqueira Meneses	24/11/16	18/08/18
17	Luciano Henrique de Sousa Benigno	03/07/17	21/08/18
18	Nilceu Celso Garbim Júnior	05/10/17	31/08/18
19	Thiago Cândido Ribeiro	03/07/17	10/08/18
20	Tibério Augusto Lima de Melo	28/07/16	22/08/18

10. PARTICIPAÇÃO EM PROCESSOS SELETIVOS DE ESTAGIÁRIOS

A ESMP esteve em dois processos seletivos de estágio não-obrigatório de graduação e ensino profissional, em 2018 e 2019 (Edital nº 01/2018 e Edital nº 01/2019), conduzindo e organizando, desde a inscrição, elaboração e aplicação das provas, até o resultado final.

11. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

Durante a gestão foram finalizados processos de pagamento de professores e palestrantes, sendo:

Em 2018 (julho a dezembro) – 06 processos

Em 2019 – 42 processos

Em 2020 – 01 processo.

No Digidoc, a movimentação de entrada, saída e arquivamento deu-se da seguinte forma:

Relatório Estatístico de Processos

Sector: Escola Superior do Ministério Público

Crerérios da Consulta

Sector: Escola Superior do Ministério Público; Ano: 2018;

Escola Superior do Ministério Público	2018
Processos Recebidos/ Entrada	382
Processos Encaminhados/Saídas	282
Processos Arquivados	49



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

Crerios da Consulta

Setor: Escola Superior do Ministério Público; Ano: 2019;

Escola Superior do Ministério Público	2019
Processos Recebidos/ Entrada	549
Processos Encaminhados/Saídas	339
Processos Arquivados	272

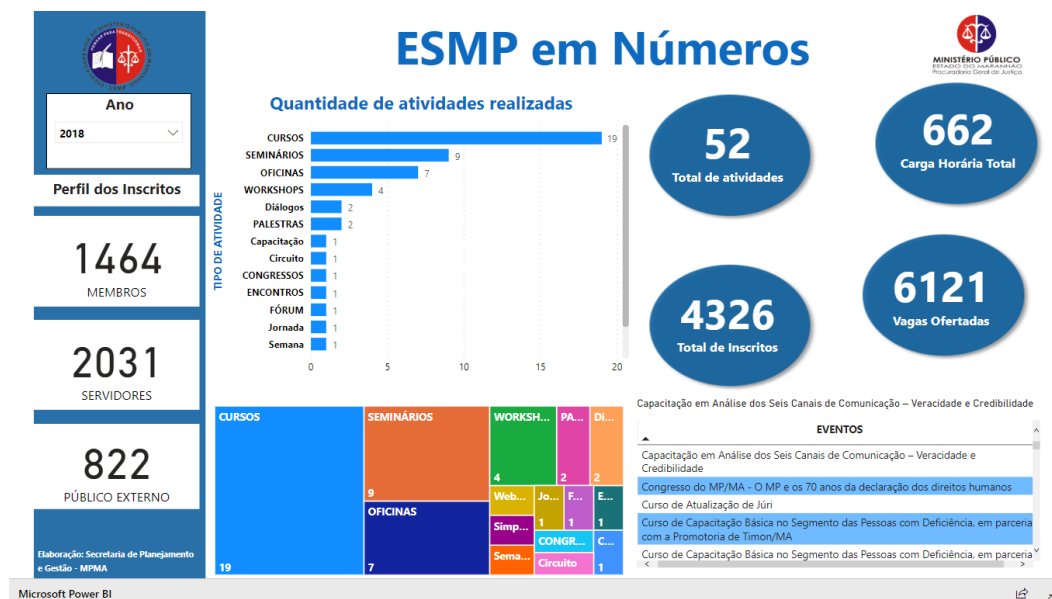
Crerios da Consulta

Setor: Escola Superior do Ministério Público; Ano: 2020;

Escola Superior do Ministério Público	2020
Processos Recebidos/ Entrada	110
Processos Encaminhados/Saídas	67
Processos Arquivados	31

12. GRÁFICOS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ESMP DE 2018 A 2020

2018 (Julho a Dezembro)





DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

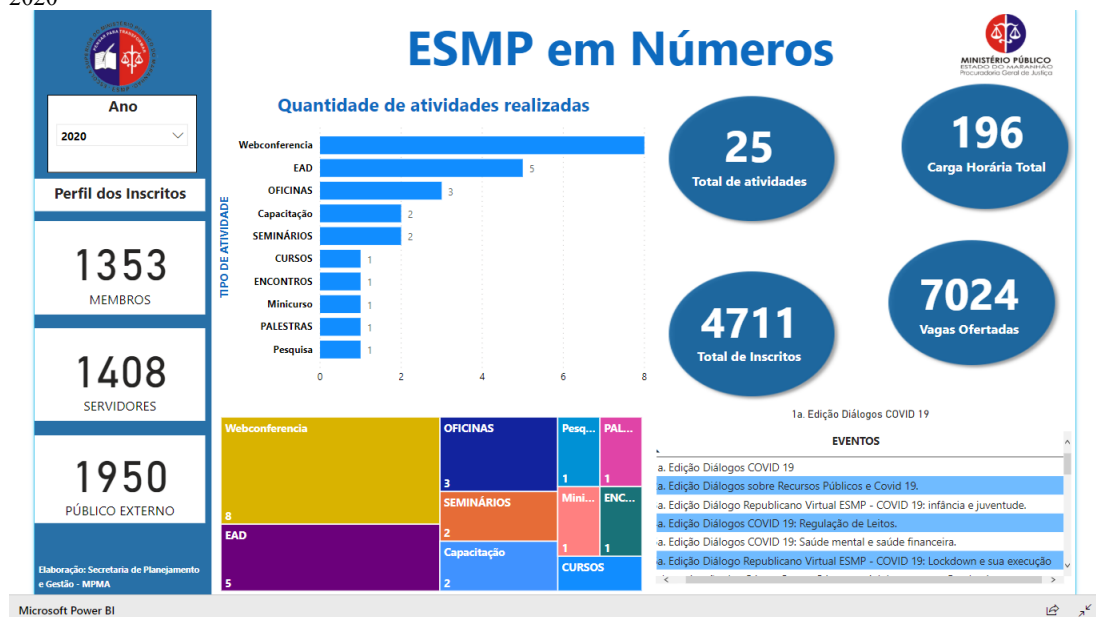


São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

2019



2020



13. DEMONSTRATIVO DE EVENTOS DA ESMP DE 2018 A 2020

Neste item serão especificados todas os eventos de ensino e extensão realizados pela Escola, por ano e o quantitativo total.

CURSO	DATA	C/H	PARTICIPANTES
Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao ingresso e vitaliciamento na carreira do Ministério Público do Maranhão	08 a 21/08/2018	72h	32



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

Formação Continuada – 2018			
Oficina “Técnicas de Investigação Utilizando a Rede Mundial de Computadores”, em parceria com o CAEL, AEI e Caop Proad - “Acordo de Não Persecução Penal”	05/07/2018	04h	63
Workshops sobre Perícias Criminais e Monitoração Eletrônica – Pinheiro/MA	05/07/2018	08h	28
Curso de Governança e Gestão da Estratégia, Processos e Projetos	06 a 10/08/2018	40h	48
II Seminário de Inteligência e Segurança do MP/MA	14 a 16/08/2018	20h	72
Capacitação em Análise dos Seis Canais de Comunicação – Veracidade e Credibilidade	14 a 16/08/2018	20h	31
Palestra – Instrução sobre Segurança Orgânica com Ênfase na Proteção de Documentos em Formato Físico e no Ambiente Digital	17/08/2018	4h	72
Encontro Regional de Educação da Região Tocantins	20 e 21/08/2018	12h	231
Formalizando Inquéritos Cíveis: anotação práticas para gestão de Secretaria -Imperatriz	21 a 22/08/2018	12h	50
O Princípio do Processo Equitativo no Âmbito da Convenção Europeia dos Direitos do Homem	27/08/2018	4h	65
I Fórum Estadual da Promoção da Qualidade de Produtos de Origem Animal	28/08/2018	8h	70
Oficina Saúde: Atenção Básica, Ouvidorias Municipais do SUS e Sistemas de Informação em Saúde	31/08/2018	8h	44
Palestra “Governo Aberto e Transparência do Código Florestal” e “Reunião dos Procuradores Gerais de Justiça da Amazônia”	06/09/2018	6h	67
Media Training – Imperatriz/MA	20 e 21/09/2018	12h	17
Curso E-Social Complice e Inteligência Fiscal	17 a 25/09/2018	56h	20
Seminário Estadual de Prevenção ao Suicídio e Valorização da Vida	28/09/2018	8h	150
Seminário Estadual de Proteção à Vida	31/10/2018 e 01/11/2018	16h	123
Vídeoconferência “Escolas de Conselhos”.	07/11/2018	2h	-
Curso: Fontes Abertas (Imperatriz/MA)	07 a 09/11/2018	16h	27
Formalizando Inquérito	13 e 14/11/2018	12h	
I Seminário de Defesa da Ordem Econômica e Social e dos Direitos do Consumidor: Combate a Formação de Cartéis e Crimes Tributários	19/11/2018	8h	148



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

I Seminário da Ordem Econômica (Timon/MA)	19/11/2018	8h	28
Curso de Capacitação em Mediação Tributária	20 a 21/11/2018	16h	19
Planejamento em Saúde – O erro médico sob o olhar do Ministério Público: aspectos polêmicos, configuração dos crimes e fluxo da investigação	30/11/2018	8h	17
Congresso do MP/MA	06 e 07/12/2018	16h	473
Seminário da Saúde	10/12/2018	8h	235
Formações realizados por Órgãos Externos e Outras Instituições, com a participação dos Membros e Servidores do MP/MA, por vagas disponibilizadas à ESMP/MA			
III Circuito Infor de Palestras: Mentis Criminosas, promovido pela INFOR/MA	18 e 19/10/2018	40h	34
TOTAL			
27	-	444h	2.164

Formação Continuada – 2019			
<i>Cursos oferecidos para membros e servidores do MPMA – 2019</i>			
CURSO	DATA	C/H	PARTICIPANTES
Reunião Ampliada com a Federação de Consórcios Municipais, em parceria com o CAOP PROAD/ESMP (São Luís)	25/01/2019	2	23
Grupo De Pesquisa ESMAM, em parceria com a ESMAM (São Luís)	25/02/2019	2	8
Curso Sobre Autocomposição: Construção De Consensos Para O Ministério Público, em parceria com a ESMP e MPMA (São Luís)	02 e 03/05/2019	12	49
Palestra Aula Prática Do Projeto "De Olho Na Constituição", em parceria com o MPMA e a ESMP (São Luís)	10/06/2019	2	51
Oficina Licitações e Contratos Públicos: Aplicação Da Legislação Estadual e Temas Controversos, em parceria com o MPMA e a ESMP (São Luís)	27 e 28/06/2019	16	33
VI Encontro Nacional Ministério Público: Pensamento Crítico E Práticas Transformadoras, em parceria com a CDEMP/ENAMP (São Luís)	03, 04 e 05/07/2019	18	202



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

Curso Procedimentos Administrativos Ministeriais, em parceria com a ASSESP (Imperatriz)	09 10/09/2019 ^e	12	34
Curso De Especialização Em Gestão E Governança Em Ministério Público, em parceria com o MPMA E A ESMP, (São Luís)	2019	360	32
6ª Ed. Diálogos Republicanos: Lei De Abuso De Autoridade E Suas Implicações No Âmbito Do Mp, em parceria com o MPMA, ESMP e o CAOPCRIM (São Luís)	14/10/2019	4	50
II Congresso Do Caop/Ij Mpma “Sistema De Garantia De Direitos E A Construção Da Rede” - Oficinas I: Articulação Em Rede, em parceria com A ESMP, MPMA e CAOPIJ	17/10/2019	4	35
II Congresso Do Caop/Ij Mpma “Sistema De Garantia De Direitos E A Construção Da Rede” - Oficina II: Fundo Da Infância E Juventude, em parceria com a ESMP, MPMA e CAOPIJ	17/10/2019	4	28
II Congresso Do Caop/Ij Mpma “Sistema De Garantia De Direitos E A Construção Da Rede” –Palestras, em parceria com o MPMA, ESMP E CAOPIJ (São Luís)	18/10/2019	4	111
IV Circuito Infor De Palestras: Evidências Do Crime, em parceria com o MPMA, Abracrim E Esmp. (São Luís)	24 25/10/2019 ^e	16	28
Workshop: Planejamento E Técnicas De Investigação Criminal Para Apurar Fraudes em Procedimentos Licitatórios, em parceria com o MPMA, ESMP e Gaeco. (São Luís)	01/11/2019	8	33
Minicurso: Gestão De Pessoas Sob A Ótica Da Psicologia Organizacional, em parceria com o MPMA E ESMP. (Timon)	18 19/11/2019 ^E	6	20
Oficina Sobre Resíduos Sólidos, Em Parceria Com O MPMA, ESMP e Caop-Meio Ambiente. (São Luís)	26/11/2019	4	8
II Fórum Do Sistema De Justiça Criminal Do Estado Do Maranhão, em parceria com o MPMA, ESMP, UMF/TJMA, ESMAM, ESDP, AGEPEM, SSPMA. (São Luís)	28 29/11/2019 ^e	16	5
Minicurso: Gestão De Pessoas Sob A Ótica Da Psicologia Organizacional, Em Parceria Com O MPMA E A ESMP (Imperatriz)	05/12/2019	2	6
Cursos Destinados A Membros Do Ministério Público			
Planos Municipais De Saneamento Básico E Planos Municipais De Gestão Integrada De Resíduos Sólidos (Promotores De Justiça Vitaliciandos), em parceria com a FUNASA/ UFF/CAOUMA/ESMP	08/02/2019	4	19
Media Training Jurídico	27/03/2019	4	8
Inteligência E Segurança Institucional, em parceria com o CAI (Timon)	24/04/2019	32	71



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

Aperfeiçoamento Do Promotor Do Júri: A Atuação Do Tribunal Do Júri E A Compreensão Integral Da Instituição Para A Efetivação Da Atuação Na Tribunal, em parceria Com o Caop Criminal E A ESMP	25 ^e 26/04/2019	15	93
Formalizando Inquérito Cíveis: Anotações Práticas Para Gestão De Secretarias, em parceria com a ESMP e o MPMA (São Luís)	15/05/2019	16	26
Inteligência E Segurança Institucional, em parceria com o CAEI (Imperatriz)	29/05/2019	40	65
3º Seminário De Inteligência E Segurança Institucional Do MP, em parceria com o CAEI.	29/08/2019	8	59
Cursos destinados a estagiários, estudantes e convidados			
Esmg Literária - 3ª Edição. Violência Sexual Infantil, em parceria com a ESMP literária (São Luís)	17/05/2019	4	57
Mediação Familiar, em parceria com o Programa de Formação em Autocomposição	24/05/2019	40	64
Internet e Violência Sexual: Novos Riscos e Oportunidades De Combate, em parceria com o Caop/ IJ	27/05/2019	4	90
Curso Media Training, em parceria com a CCOM - (Timon)	28/05/2019	16	12
Curso Introdutório Em Justiça Juvenil Restaurativa, em parceria com o Programa De Formação Em Autocomposição	17 ^a 19/06/2019	30	43
Minicurso Sobre Mediação Familiar, em parceria com a ESMP (Timon)	09/07/2019	16	62
Oficina Sobre O Processo Nacional Unificado De Escolha De Conselheiros Tutelares Em 2019, em parceria com o CAOP/IJ	12/07/2019	4	38
A Nova Proteção das Pessoas com Deficiência e a Atuação do Ministério Público, parceria com o CAOP/PIPD	14/07/2019	4	45
3º Seminário De Inteligência E Segurança Institucional Do Mp, em parceria com o Caei e ESMP	30/08/2019	8	96
Curso Sobre Precedentes Judiciais, em parceria com o MPMA e ESMP	09/09/2019	4	37
Oficina: A Prática da Proteção às Pessoas com Deficiência, em parceria com CAOP/PIPD	09/09/2019	4	47
Curso De Introdução à Rede Mundial de Computadores, em parceria com o MPMA e ESMP (Imperatriz)	12/09/2019	8	22
7ª Edição Esmg Literária: "1612 - Os Papagaios Amarelos Na Ilha Do Maranhão E A Fundação De São Luís", em parceria com a ESMP Literária	20/09/2019	4	34
Ministério Público E Negócios Jurídicos Processuais, em parceria com o MPMA e ESMP	27/09/2019	4	55
Seminário sobre Mortes Violentas de Adolescentes e Jovens - Estudos e Proposições, em parceria com o MPMA/ESMP/CAOPCRIM/UNICEF	07 ^e 08/09/2019	12	211



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

Curso de Português Jurídico	14/11/2019	16	65
9º Congresso Estadual Do Ministério Público Do Maranhão: "O Ministério Público Na Indução De Políticas Públicas", em parceria com o MPMA	25 ^e 26/11/2019	12	554
Seminário: Violência Contra A Mulher: Aprofundando Os Debates Para Novas Percepções, em parceria com o Mp/Esmp/Tjma/Esma (Imperatriz)	28/11/2019	16	12
Cursos para membros e servidores e abertos ao público/ público externo e terceirizados			
1ª Ed. Diálogos Republicanos: Direito À Informação, Pós-Verdade E Fake News, em parceria com o MPMA a ESMP e a CCMP	06/02/2019	4	14
Oficina "O Avanço Do Totalitarismo: Uma Leitura A Partir De "1984", De George Orwell", em parceria com o MPMA a ESMP e a CCMP	08/02/2019	4	61
Painel: "Lei Maria Da Penha: Um Olhar Sob A Perspectiva De Gênero E A Violência Doméstica Contra A Mulher Com Deficiência", em parceria com o MPMA e a ESMP	19/03/2019	4	45
Diálogos Republicanos - 2ª Edição, em parceria com o MPMA, ESMP e CCMP	20/03/2019	4	37
ESMP Literária "Mulheres Que Correm Com Os Lobos: Mitos E Arquétipo Da Mulher Selvagem", em parceria com a ESMP Literária	22/03/2019	4	26
Semana De Valorização Do Oficial De Justiça, em parceria com a PGJ, ESMP e ESMAM	25 ^a 29/03/2019	28	21
Esmp Literária Sobre o Livro "Zona De Desconforto", em parceria com a ESMP Literária	23/04/2019	4	75
5ª Edição do Seminário "Diálogos Do Ibdfam/Ma - Desafios Da Prevenção e Combate À Alienação Parental", em parceria com o MPMA, ESMP, IBDFAM (Imperatriz)	25 ^e 26/04/2019	12	150
Diálogos Republicanos - 3.Ed: Dignidade Na Escola Pública e Políticas Educacionais: Desafios A Enfrentar, em parceria com o MPMA, ESMP, CCMP	03/05/2019	4	33
VII Encontro Nacional Do Ministério Público Na Defesa Do Patrimônio cultural, em parceria com Abrampa/Governo Do Estado/Pge/Pgj/Secma/Pgj/Esmp	09/05/2019	8	191
Oficina Lançamento Da Campanha De Enfrentamento Da Violência Sexual Contra Crianças E Adolescentes E Palestra, em parceria com o CAOP/IJ e ESMP	10/05/2019	8	84
Seminário Sobre Educação Ambiental, em parceria com o Conselho Estadual de Educação/ESMP	06/06/2019	16	291
IV Encontro Regional De Educação: Desafios À Defesa Republicana Do Direito À Educação, Na Região Dos Cacaos, em parceria com o CAOP da Educação/REMAR/ESM	12/06/2019	16	169
Debate Sobre O Projeto de Lei Anticrime Do Ministro Sérgio Moro, em parceria com o CAOP ICRIM	19/06/2019	4	167



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

A Atual Política Nacional Sobre Drogas, em parceria com o CAOP ICRIM	19/06/2019	4	189
Esmp Literária (5ª Edição): Palestra Acerca Do Livro “Mistérios De Uma Cidade Invisível”, em parceria com a ESMP Literária	26/06/2019	4	33
Oficina Sobre: “A Constelação Familiar Como Ferramenta Para Autocomposição No Âmbito Do Mp”, em parceria com o Programa De Formação Em Autocomposição.	26/06/2019	4	41
Esmp Literária – Sobre O Livro “A Flor Vermelha”, em parceria com a ESMP Literária	27/08/2019	4	25
9ª Edição ESMP Literária - Revista em Quadrinhos, Arte e Incentivo à Leitura, em parceria com o MP/ESMP/CCMP	21/11/2019	4	67
Workshop: Sensibilização em Governança de TI e Gestão de Mudanças Organizacionais.	22/11/2019	2	39
1ª Edição MP Literária: Escritores na Escola, minhas aventuras registradas, em parceria com o MPMA/ESMP/CCMP/AML	27/11/2019	3	118
Seminário: Violência Contra A Mulher: Aprofundando Os Debates Para Novas Percepções, em parceria com o MP/ESMP/TJMA/ESMAM (Imperatriz)	28/11/2019	4	12
I Encontro dos Conselheiros do FUNDEB do Maranhão - "Fortalecendo o Controle Social na Educação Maranhense", em parceria com o MPMA, ESMP, CE/FUNDEB, REMAR, CGU, TCU, TCE, MPF	29/11/2019	7	273
8ª Ed. Diálogos Republicanos: Lei de Abuso de Autoridades e Suas implicações no Âmbito do MP, em parceria com o MPMA/ESMP/CCMP/MA (Imperatriz)	02/12/2019	4	19
Semana de Prevenção às Drogas: "Quem escolhe seu caminho? Você ou as drogas?", em parceria com o MPMA/ESMP/CAOPDH	02 06/12/2019	20 ^a	64
10ª Ed. ESMP Literária: Uma Reflexão sobre a Obra Capitães da Areia, em parceria com o MPMA/ESMP	05/12/2019	4	22
9ª Ed. Diálogos Republicanos: A Crise do Federalismo: políticas públicas, direitos humanos e cidadania, em parceria com o MPMA/ESMP/CCMP/MA	06/12/2019	5	36
Encontro Regional De Gestão Estratégica (Ereg), em parceria com a ESMP e o MPMA (Imperatriz)	23/04/2019	4	36
Encontro Regional De Gestão Estratégica (Ereg) – Oficina Sobre Atendimento Ao Público, em parceria com o MPMA e ESMP.	23/04/2019	4	159
Encontro Regional De Gestão Estratégica (Ereg), em parceria com o MPMA e ESMP (Balsas)	25/04/2019	4	32
Encontro Regional De Gestão Estratégica (Ereg), em parceria com o MPMA e ESMP - (Pinheiro)	04/05/2019	4	48
Encontro Regional De Gestão Estratégica (Ereg), em parceria com o MPMA e ESMP - (Chapadinha)	04/06/2019	4	48



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

Encontro Regional De Gestão Estratégica (Ereg), em parceria com o MPMA e ESMP - (Chapadinha)	06/06/2019	4	32
Perícias Judiciais De Engenharia, em parceria com o MPMA/ ESMP/COEA	11/06/2019	16	12
Encontro Regional De Gestão Estratégica (Ereg), em parceria com a ESMP E MPMA (Timon)	11/06/2019	4	36
Encontro Regional De Gestão Estratégica (Ereg), em parceria com a ESMP (Timon)	13/06/2019	4	41
Cursos para públicos específicos			
Curso de Perícia Social e Perícia Social Indireta, para assistentes sociais do MP, em parceria com o MPMA e ESMP	12/04/2019	40	29
Perícias Judiciais de Engenharia, para engenheiros e técnicos da área em atividade no MPMA, em parceria com COEA	11/06/2019	16	12
Encontro de Conselheiros de Saúde em São Luís/MA, para promotores de Justiça de Defesa da Saúde e Conselheiros de Saúde Estaduais e Municipais, em parceria com CAOP/SAÚDE	16/08/2019	6	78
Curso De Facilitadores em Círculo de Justiça Restaurativa E Construção De Paz, 25 vagas selecionadas entre os participantes do Curso Introdutório em Justiça Juvenil Restaurativa, em parceria com o Programa de Formação em Autocomposição.	26/08 à 30/08/2019	50	28
VII Semana Da Pessoa Com Deficiência, para Membros, Servidores do MP e Gestores, professores e coordenadores Pedagógicos da Rede Estadual de Ensino, mediante inscrição, em parceria com CAOP/PIPD e SEDUC/MA	23 e 24/09/2019	8	189
Curso Sobre Educação Financeira - Organize Suas Finanças Para Uma Aposentadoria Tranquila, para membros e servidores do MP aptos à aposentadoria, em parceria com o MPMA e ESMP	16/10/2019	4	17
Curso Sobre Violência Doméstica: Grupo Reflexivo De Homens, para membros, com atuação no combate à violência doméstica, Integrantes da Rede Amiga da Mulher e Profissionais da SEMCAS, em parceria com a PGJ e ESMP.	29/10/2019	6	94
Capacitação para os Gestores Municipais, Conselheiros e Entidades da Sociedade Civil Organizada da Comarca da Ilha de São Luís/MA, em parceria com o MPMA e ESMP	19/11/2019	8	300 vagas
TOTAL			
CURSOS		HORAS	PARTICIPANTES
90		1.192	5.811



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

Formação Continuada - 2020			
<i>Cursos oferecidos para membros e servidores do MPMA - 2020</i>			
EVENTO	DATA	CARGA HORÁRIA	PARTICIPANTES
Oficina – ATENDIMENTO AO PÚBLICO	27/01/2020	4	10
Oficina sobre o Pacote Anticrime	31/01/2020	8	319
<u>Capacitação para Conselheiros Tutelares da Região de Pres. Dutra.</u>	31/01/2020	8	70
<u>Seminário “Todos Pela Educação: Aprovação Do Fundeb Já!”</u>	03/02/2020	5	256
Avaliações de Imóveis Urbanos	04 e 05/02	8	9
<u>II Encontro das promotorias de educação e conselhos tutelares de São Luís</u>	11/02/2020	4	68
<u>Seminário – SEGURANÇA PÚBLICA, IMPRENSA E A LEI DO ABUSO DE AUTORIDADE.</u>	14/02/2020	8	144
Minicurso – MINICURSO DE INGRESSO PARA ESTAGIÁRIOS DO MPMA	14/02/2020	8	77
<u>Prosas na Infância - Recepção de novos conselheiros tutelares</u>	18/02/2020	4	32
<u>Oficina: As Inovações das Leis 13.964/2019, 13.967/2019 e 13.968/2019, o pacote anticrime e outras disruptões legislativas.</u>	06/03/2020	8	107
<u>Palestra: Gestão do Processo Penal Contemporâneo: Fatos e Normas e a Construção da Decisão.</u>	12/03/2020	2	85
Eventos realizados por videoconferências on-line			
1a. Edição Diálogos COVID 19	01/04/2020	22	3
2a. Edição Diálogos sobre Recursos Públicos e Covid 19.	08/04/2020	32	3
3a. Edição Diálogo Republicano Virtual ESMP - COVID 19: infância e juventude.	15/04/2020	52	3
<u>4a. Edição Diálogos COVID 19: Regulação de Leitos.</u>	23/04/2020	32	3
<u>5a. Edição Diálogos COVID 19: Saúde mental e saúde financeira.</u>	29/04/2020	62	3



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

6a. Edição Diálogo Republicano Virtual ESMP - COVID 19: Lockdown e sua execução	06/05/2020	63	3
<u>A Investigação dos Crimes Contra Crianças e Adolescentes na Pandemia.</u>	14/05/2020	180	3
<u>Simpósio Virtual "Ministério Público, democracia e direitos fundamentais em tempos de pandemia"</u>	15/05/2020	822	4
Racismo Institucional e o Sistema de Justiça	30/06/2020	2	Por realiar
Vulnerabilidades e Pandemia	02/07/2020	2	Por realiar
Cursos oferecidos na modalidade de ensino a distância			
<u>CURSO BÁSICO DE DIREITO PENAL (PARTE GERAL) 2020</u>	EAD	45	82
<u>Curso de Acordo Ortográfico 2020</u>	EAD	16	32
MP na fiscalização da aplicação dos recursos públicos no combate a COVID 19.	EAD	2	103
Lançamento do Curso "Educando para Boas Escolhas On-Line: Formação a Distância sobre o uso Seguro e Consciente da Internet".	EAD	3	102
Educando para Boas Escolhas Online: Formação a Distância sobre o uso Seguro e Consciente da Internet".	EAD	40	64
Oficina de Produção de Texto: Petição inicial e razões de apelação	EAD	40	34
<u>Capacitação para Executor de Mandados de Promotoria do MPMA - 2020</u>	EAD	20	102
<u>Curso NOSSO SUAS - 2020</u>	EAD	40	52
TOTAIS			
CURSOS		HORAS	PARTICIPANTES
29		1542	1773

QUANTITATIVOS TOTAIS	2018			2019			2020		
	CURSOS	CH	PART.	CURSOS	CH	PART.	CURSOS	CH	PART.
	27	444	2.164	90	1.192	5.811	29	1.542	1.773



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quase todas as metas estabelecidas para esta gestão foram cumpridas. A pandemia e o distanciamento social afetaram o calendário anual, que precisou ser ajustado, tendo afetado especialmente o seletivo para a segunda turma do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Governança em Ministério Público e o projeto da Pós-Graduação em Imperatriz, por terem a sua implementação presencial. O EAD e os eventos virtuais se intensificaram na pandemia e permitiram que a Escola apresentasse ao seu corpo interno as ferramentas dessa forma de ensino. A receptividade foi positiva, não só pelo reflexo quantitativo, mas pela grande interação, com questionamentos e participação ativa, por chats e perguntas orais.

Houve uma intensa articulação com o Centro Cultural e com a sociedade, marcando a Escola presença no cenário artístico, cultural, educacional e social maranhense.

Registra-se ainda a interação da ESMP com instituições nacionais, realizando eventos com a Escola Nacional do Ministério Público – ENAMP – e com a ABRAMPA – Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente, e tendo realizado reunião do CDEMP – Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil, em São Luís.

A Escola possui hoje toda a sua normativa interna atualizada e conta com uma estrutura física, curricular e organizacional, que lhe permite voos mais altos. Os dois anos foram muito produtivos e podem ser analisados por indicadores quantitativos e qualitativos, ultrapassando as metas inicialmente estabelecidas.

Sendo essas as informações a prestar, agradece-se ao Conselho Superior do Ministério Público, ao Conselho Pedagógico, ao Colegiado da Pós-Graduação, à equipe da Escola, e ao corpo docente e discente a colaboração que contribuiu, efetivamente, para os resultados exitosos desta gestão.

MÁRCIO THADEU SILVA MARQUES
Diretor da ESMP

15. REFERÊNCIAS

BRASIL.(Constituição1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília,DF: Senado Federal (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/

constituicao/constituicao compilado.htm. Acesso em:10/01/2020.

BRASIL. Lei nº9394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm: Acesso em: 10/03/2020.

CHAGAS, A. M., & Rocha, A. G. V. A pedagogia de Paulo Freire e seus horizontes indicativos para uma dialogicidade igualitária e personalista. Griot: revista de filosofia, 9(1), 99-115, 2014.

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Escola. São Luís,-MA. Período 2018/2022.

GADOTTI, M. Escola cidadã. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARANHÃO. Ministério Público. Ato regulamentar - GPGJ nº 03, de 19 de março de 2019. Dispõe sobre o Regimento Interno da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão. Disponível em: https://www.mppma.mp.br/arquivos/biblioteca/legislacao/atos_regulamentares/9847_ato_regulamentar_03_2019.pdf. Acesso em: 21 jun.2020.

MARANHÃO. Ministério Público. Relatório de Atividades 2018. São Luís: PGJ, 2019.

MARANHÃO. Ministério Público. Legislação interna. Publicado: 24 de Julho de 2014. Disponível em: <https://www.mppma.mp.br/index.php/apresentacao-biblioteca>. Acesso em: 21 fev./2020.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Educação básica: projeto político-pedagógico; Educação superior: projeto político pedagógico. Papirus Editora, 2004.

1 Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade; VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

2 Art. 3º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância; V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI -gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII – valorização do profissional da educação escolar; VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX -garantia do padrão de qualidade; X – valorização da experiência escolar; XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; XII – consideração com a diversidade étnico-racial; XIII – garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

Promotorias de Justiça das Comarcas do Interior

COELHO NETO

PORTARIA-2ªPJCON – 122020

Código de validação: 7FA4F6F57A

PORTARIA DE CONVERSÃO DE NOTÍCIA DE FATO EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

A Promotora de Justiça Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Coelho Neto, usando das atribuições que lhe confere o art. 129, inc. III, da Constituição Federal e o art. 26, inc. I, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93), sem prejuízo das demais disposições legais pertinentes e,

CONSIDERANDO a reclamação registrada perante a 2ª Promotoria de Justiça de Coelho Neto, por pessoa que solicitou que seu nome fosse mantido em sigilo, dando conta que os idosos JOSÉ MARIA GONÇALVES e MARIA DO ROSÁRIO DE JESUS GONÇALVES estariam em situação de negligência e abuso financeiro, fato supostamente praticado por JULIANA E OUTROS.

CONSIDERANDO o fato de que JOSÉ MARIA GONÇALVES e MARIA DO ROSÁRIO DE JESUS GONÇALVES são pessoas idosas e vulneráveis;

CONSIDERANDO que o art. 2º, caput, da Lei 10.741/03 (Estatuto do Idoso) afirma ser obrigação da família a efetivação, em prol dos idosos, do direito à liberdade e à dignidade;

CONSIDERANDO o art. 4º da mesma lei, onde está assegurada ao idoso a proteção em face de qualquer tipo de negligência, violência, crueldade ou opressão, sendo dever de todos colocá-lo a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (art. 10, parágrafo 3º);

CONSIDERANDO ser dever institucional do Ministério Público intervir em favor da observância dos direitos dos idosos (art. 45 da lei 10.741/03);

CONSIDERANDO que o feito já tramitava há 30 (trinta) dias e demandará providências que certamente ultrapassarão o prazo de prorrogação previsto no caput do art. 3º, da Resolução 174/2017, do CNMP;

CONSIDERANDO que, compulsando-se os autos, verificou-se que ainda restam pendências quanto à solicitação e respostas sobre a intervenção dos Órgãos da Rede de Proteção aos Direitos do Idoso no caso;

CONSIDERANDO a necessidade de se dar continuidade ao andamento do presente procedimento, com vistas a apurar elementos suficientes para sanar o problema e serem adotadas as medidas legais cabíveis;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação dos procedimentos aos padrões taxonômicos determinados pelo CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – CNMP, especialmente pela Resolução nº 23/2007;

CONSIDERANDO, por fim, o conteúdo do Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014 – GPGJ/CGMP, art. 3º, III, a Resolução nº 02/2014, do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão e demais dispositivos legais pertinentes.

RESOLVE:

CONVERTER a presente Notícia de Fato em Procedimento Administrativo, determinando, desde logo:

1. Registro e autuação deste como Procedimento Administrativo, fazendo-se juntada da documentação que o instrui e consignando-se as seguintes informações:

Polo ativo: Anônimo (Sigilo).

Polo passivo: Juliana e outros.

Assunto: Possível negligência e abuso financeiro de pessoas idosas – José Maria Gonçalves e Maria do Rosário de Jesus Gonçalves.

2. Comunique-se a instauração do presente Procedimento Administrativo ao Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Idoso;

3. DESIGNO a servidora Wlliana Said Tajra Caldas para exercer as funções de Secretária no presente procedimento;

4. Envie-se cópia desta Portaria à Biblioteca da Procuradoria-Geral de Justiça, para que seja viabilizada a publicação no Diário Oficial;

5. PROCEDA-SE à alteração da classe no SIMP, fazendo constar que este procedimento tramita como PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO;

6. Oficie-se ao CREAS do município de Coelho Neto, solicitando a realização do competente Relatório situacional, encaminhando-o a esta Promotoria de Justiça, inserindo-se os idosos e seus familiares nos programas assistenciais que se mostrarem convenientes, no prazo de 10 (dez) dias corridos, informando-se, inclusive, as medidas já adotadas; e,

8. Publique-se cópia desta Portaria no átrio das Promotorias de Justiça de Coelho Neto pelo prazo de 15 (quinze) dias.

Coelho Neto – MA, 12 de março de 2020.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

* Assinado eletronicamente

ELISETE PEREIRA DOS SANTOS

Promotora de Justiça

Matrícula 1070458

Documento assinado. Coelho Neto, 23/03/2020 15:35 (ELISETE PEREIRA DOS SANTOS)

* Conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006 e Medida Provisória 2.200-2/2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://mpma.mp.br/autenticidade> informando os seguintes dados: Sigla do Documento PORTARIA-2ªPJCON, Número do Documento 122020 e Código de Validação 7FA4F6F57A.

PORTARIA-2ªPJCON – 132020

Código de validação: 4CD047D6CB

PORTARIA DE CONVERSÃO DE NOTÍCIA DE FATO EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

A Promotora de Justiça Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Coelho Neto, usando das atribuições que lhe confere o art. 129, inc. III, da Constituição Federal e o art. 26, inc. I, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93) e Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), sem prejuízo das demais disposições legais pertinentes e, CONSIDERANDO o inteiro teor do Ofício nº. 22/2020, encaminhado pelo Conselho Tutelar de Coelho Neto, dando conta de que Y.S.C., menor impúbere, vive em situação de vulnerabilidade e risco, por suposta omissão e negligência atribuída à genitora, tendo, inclusive, feito a ingestão de droga quando deixada por sua mãe na casa de uma vizinha, o que teria ocasionado sua internação de urgência na cidade de Caxias;

CONSIDERANDO o art. 227 da Constituição Federal, cujo teor dispõe que “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”;

CONSIDERANDO ser dever institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e aos adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis (art.201, inciso VIII, da Lei nº 8.069/90);

CONSIDERANDO que o feito já tramitava mais de 20 (vinte) dias e demandará providências que certamente ultrapassarão o prazo de prorrogação previsto no caput do art. 3º, da Resolução 174/2017, do CNMP;

CONSIDERANDO que fora encaminhada Requisição ao Exmo. Delegado de Polícia para abertura de Inquérito Policial para apuração de eventuais delitos praticados, bem como que foram enviadas Notificações aos Órgãos da rede de proteção aos direitos da criança (Conselho Tutelar, CMDCA, CREAS, para, no prazo de 30 dias, apresentarem ao Ministério Público o relatório de acompanhamento da família da assistida, devendo esclarecer quais as medidas adotadas pela rede de proteção, fazendo-se as representações que foram necessárias0;

CONSIDERANDO a necessidade de se dar continuidade ao andamento do presente procedimento, com vistas a apurar elementos suficientes para sanar o problema e serem adotadas as medidas legais cabíveis;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação dos procedimentos aos padrões taxonômicos determinados pelo CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – CNMP, especialmente pela Resolução nº 23/2007;

CONSIDERANDO, por fim, o conteúdo do Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014 – GPGJ/CGMP, art. 3º, III, a Resolução nº 02/2014, do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão e demais dispositivos legais pertinentes.

RESOLVE:

CONVERTER a presente Notícia de Fato em Procedimento Administrativo, determinando, desde logo:

1. Registro e autuação deste como Procedimento Administrativo, fazendo-se juntada da documentação que o instrui e consignando-se as seguintes informações:

Polo ativo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO.

Polo passivo: SUSIANE OLIVEIRA COSTA.

Assunto: Possível situação de risco e vulnerabilidade vivenciada pela menor impúbere Y.S.C.;

2. Comunique-se a instauração do presente Procedimento Administrativo ao Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude;

3. DESIGNO o Assessor André de Carvalho Ruben Pereira para exercer as funções de Secretário no presente procedimento;

4. Envie-se cópia desta Portaria à Biblioteca da Procuradoria-Geral de Justiça, para que seja viabilizada a publicação no Diário Oficial;

5. PROCEDA-SE à alteração da classe no SIMP, fazendo constar que este procedimento tramita como PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO;



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

6. Aguarde-se, em Secretaria, a juntada da resposta da rede de proteção ou o esgotamento do prazo concedido na Notificação, encaminhando-se os autos conclusos para a análise de eventual representação pelo descumprimento do art. 249 do ECA (infração administrativa), bem como para analisar a necessidade de intentar perda ou suspensão do poder familiar;

7. Publique-se cópia desta Portaria no átrio das Promotorias de Justiça de Coelho Neto pelo prazo de 15 (quinze) dias.

Coelho Neto – MA, 12 de março de 2020.

* Assinado eletronicamente

ELISETE PEREIRA DOS SANTOS

Promotora de Justiça

Matrícula 1070458

Documento assinado. Coelho Neto, 23/03/2020 15:32 (ELISETE PEREIRA DOS SANTOS)

* Conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006 e Medida Provisória 2.200-2/2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://mpma.mp.br/autenticidade> informando os seguintes dados: Sigla do Documento PORTARIA-2ªPJCON, Número do Documento 132020 e Código de Validação 4CD047D6CB.

PORTARIA-2ªPJCON – 142020

Código de validação: 0A514CE4A7

PORTARIA DE CONVERSÃO DE NOTÍCIA DE FATO EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

A Promotora de Justiça Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Coelho Neto, usando das atribuições que lhe confere o art. 129, inc. III, da Constituição Federal e o art. 26, inc. I, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93), sem prejuízo das demais disposições legais pertinentes e,

CONSIDERANDO o Relatório encaminhado à 2ª Promotoria de Justiça de Coelho Neto, pela Secretaria de Assistência Social do Município de Duque Bacelar, dando conta que a idosa MARIA PEREIRA ALVES estaria vivenciando situação de maus tratos e abuso financeiro, fatos estes supostamente praticados por sua neta, LARISSA GONÇALVES DA COSTA.

CONSIDERANDO o fato de que MARIA PEREIRA ALVES é pessoa idosa e vulnerável;

CONSIDERANDO que o art. 2º, caput, da Lei 10.741/03 (Estatuto do Idoso) afirma ser obrigação da família a efetivação, em prol dos idosos, do direito à liberdade e à dignidade;

CONSIDERANDO o art. 4º da mesma lei, onde está assegurada ao idoso a proteção em face de qualquer tipo de negligência, violência, crueldade ou opressão, sendo dever de todos colocá-lo a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (art. 10, parágrafo 3º);

CONSIDERANDO ser dever institucional do Ministério Público intervir em favor da observância dos direitos dos idosos (art. 45 da lei 10.741/03);

CONSIDERANDO que o feito já tramitava há mais de 120 (cento e vinte) dias, tendo sido realizada o competente despacho de prorrogação;

CONSIDERANDO a necessidade de se dar continuidade ao andamento do presente procedimento, com vistas a apurar elementos suficientes para sanar o problema e serem adotadas as medidas legais cabíveis;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação dos procedimentos aos padrões taxonômicos determinados pelo CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – CNMP, especialmente pela Resolução nº 23/2007;

CONSIDERANDO, por fim, o conteúdo do Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014 – GPGJ/CGMP, art. 3º, III, a Resolução nº 02/2014, do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão e demais dispositivos legais pertinentes.

RESOLVE:

CONVERTER a presente Notícia de Fato em Procedimento Administrativo, determinando, desde logo:

1. Registro e autuação deste como Procedimento Administrativo, fazendo-se juntada da documentação que o instrui e consignando-se as seguintes informações:

Polo ativo: MARIA PEREIRA ALVES.

Polo passivo: LARISSA GONÇALVES DA COSTA.

Assunto: Possível maus tratos e abuso financeiro de pessoa idosa – Maria Pereira Alves.

2. Comunique-se a instauração do presente Procedimento Administrativo ao Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Idoso;

3. DESIGNO a servidora Wlliana Said Tajra Caldas para exercer as funções de Secretária no presente procedimento;



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

4. Envie-se cópia desta Portaria à Biblioteca da Procuradoria-Geral de Justiça, para que seja viabilizada a publicação no Diário Oficial;
 5. PROCEDA-SE à alteração da classe no SIMP, fazendo constar que este procedimento tramita como PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO;
 6. CUMPRAM-SE as seguintes diligências: a) Oficiar ao Delegado para apurar crimes e possíveis atos infracionais cometidos em desfavor da idosa MARIA PEREIRA; b) Solicitar providências ao secretário da 2ª Vara de Coelho Neto, LUCAS, para deferir a medida protetiva; c) Após o deferimento da medida, que a execução ratifique o cumprimento na residência da idosa; e d) NOTIFICAR Joane para anexar aos autos o extrato dos empréstimos realizados em nome da idosa e justifique, na secretaria, para que foram realizados os empréstimos; e,
 8. Publique-se cópia desta Portaria no átrio das Promotorias de Justiça de Coelho Neto pelo prazo de 15 (quinze) dias.
- Coelho Neto – MA, 12 de março de 2020.

* Assinado eletronicamente
ELISETE PEREIRA DOS SANTOS
Promotora de Justiça
Matrícula 1070458

Documento assinado. Coelho Neto, 23/03/2020 15:30 (ELISETE PEREIRA DOS SANTOS)

* Conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006 e Medida Provisória 2.200-2/2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://mpma.mp.br/autenticidade> informando os seguintes dados: Sigla do Documento PORTARIA-2ªPJCON, Número do Documento 142020 e Código de Validação 0A514CE4A7.

PORTARIA-2ªPJCON – 152020

Código de validação: 4D018ABDAD

PORTARIA DE CONVERSÃO DE NOTÍCIA DE FATO EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

A Promotora de Justiça Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Coelho Neto, usando das atribuições que lhe confere o art. 129, inc. III, da Constituição Federal e o art. 26, inc. I, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93) e Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), sem prejuízo das demais disposições legais pertinentes e,

CONSIDERANDO a denúncia formalizada perante a 2ª Promotoria de Justiça de Coelho Neto pelo Sr. Paulo Geovanne Oliveira Magalhães, Secretário Executivo do CMDCA de Afonso Cunha, noticiando que a menor impúbere, A.F.S.A. estaria sendo vítima de negligência por parte de sua genitora, Ana Lourdes Assunção dos Santos.

CONSIDERANDO o art. 227 da Constituição Federal, cujo teor dispõe que “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”;

CONSIDERANDO ser dever institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e aos adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis (art. 201, inciso VIII, da Lei nº 8.069/90); CONSIDERANDO que o feito já tramitava mais de 20 (vinte) dias e demandará providências que certamente ultrapassarão o prazo de prorrogação previsto no caput do art. 3º, da Resolução 174/2017, do CNMP;

CONSIDERANDO que a menor se encontra residindo na cidade de Chapadinha/MA e que fora encaminhado ofício à 2ª Promotoria de Justiça de Chapadinha para fins de acompanhamento da menor, solicitando informações acerca das providências adotadas;

CONSIDERANDO a necessidade de se dar continuidade ao andamento do presente procedimento, com vistas a aguardar respostas da Promotoria de Justiça de Chapadinha, bem como apurar elementos suficientes para sanar o problema e serem adotadas as medidas legais cabíveis;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação dos procedimentos aos padrões taxonômicos determinados pelo CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – CNMP, especialmente pela Resolução nº 23/2007;

CONSIDERANDO, por fim, o conteúdo do Ato Regulamentar Conjunto nº 05/2014 – GPGJ/CGMP, art. 3º, III, a Resolução nº 02/2014, do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Maranhão e demais dispositivos legais pertinentes.

RESOLVE:

CONVERTER a presente Notícia de Fato em Procedimento Administrativo, determinando, desde logo:

1. Registro e autuação deste como Procedimento Administrativo, fazendo-se juntada da documentação que o instrui e consignando-se as seguintes informações:



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 01/07/2020. Publicação: 02/07/2020. Edição nº 119/2020.

Polo ativo: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO.

Polo passivo: ANA LOURDES ASSUNÇÃO DOS SANTOS.

Assunto: Possível situação de risco e vulnerabilidade vivenciada pela menor A.F.S.A.;

2. Comunique-se a instauração do presente Procedimento Administrativo ao Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude;
 3. DESIGNO o Assessor André de Carvalho Ruben Pereira para exercer as funções de Secretário no presente procedimento;
 4. Envie-se cópia desta Portaria à Biblioteca da Procuradoria-Geral de Justiça, para que seja viabilizada a publicação no Diário Oficial;
 5. PROCEDA-SE à alteração da classe no SIMP, fazendo constar que este procedimento tramita como PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO;
 6. VERIFIQUE-SE, à Secretaria, através de ligação ou outro meio de comunicação, junto à Promotoria de Justiça de Chapadinha/MA acerca do andamento da solicitação feito por esta Promotoria por informações atualizadas acerca da adolescente que se encontra residindo no Município de Chapadinha;
 7. Publique-se cópia desta Portaria no átrio das Promotorias de Justiça de Coelho Neto pelo prazo de 15 (quinze) dias.
- Coelho Neto – MA, 12 de março de 2020.

* Assinado eletronicamente

ELISETE PEREIRA DOS SANTOS

Promotora de Justiça

Matrícula 1070458

Documento assinado. Coelho Neto, 23/03/2020 15:29 (ELISETE PEREIRA DOS SANTOS)

* Conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006 e Medida Provisória 2.200-2/2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://mpma.mp.br/autenticidade> informando os seguintes dados: Sigla do Documento PORTARIA-2ºPJCON, Número do Documento 152020 e Código de Validação 4D018ABDAD.